



Universidade de Brasília  
Curso de Gestão de Políticas Públicas

**AMANDA VANEISSA PEREIRA DE ASSUNÇÃO**

**POLÍTICA DE COTAS RACIAIS NA UNB:  
um estudo sobre o acesso de negros na universidade  
durante o período 2004 a 2012**

Brasília, DF

2015

**AMANDA VANESSA PEREIRA DE ASSUNÇÃO**

**POLÍTICA DE COTAS RACIAIS NA UNB:  
um estudo sobre o acesso de negros na universidade  
durante o período 2004 a 2012**

Monografia apresentada ao Curso de Gestão de Políticas Públicas como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Gestão de Políticas Públicas.

Professora Orientadora: Doutora Danielle Xabregas Pamplona Nogueira

Brasília, DF

2015

**AMANDA VANESSA PEREIRA DE ASSUNÇÃO**

**POLÍTICA DE COTAS RACIAIS NA UNB:  
um estudo sobre o acesso de negros na universidade  
durante o período 2004 a 2012**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de  
Conclusão do Curso de Gestão de Políticas Públicas da aluna

Amanda Vanessa Pereira de Assunção

Doutora, Danielle Xabregas Pamplona Nogueira  
Professora - Orientadora

Doutora, Girlene Ribeiro de Jesus  
Professora – Examinadora

Doutora, Christiana Soares de Freitas  
Professora – Examinadora

Brasília, 11 de dezembro de 2015

*“Tenho em mim todos os sonhos  
do mundo”.*

*Fernando Pessoa*

## **Agradecimentos**

À minha orientadora, Dra. Danielle Xabregas Pamplona Nogueira, pela orientação, amizade, paciência e por estar sempre presente, não só durante o trabalho, mas em momentos pessoais.

À minha professora Dra. Christiana Soares de Freitas, que esteve presente em todo o curso sempre com ensinamentos e com sua amizade.

Aos meus pais, que sempre estavam presentes nos mais adversos momentos, sempre me educando e me dando apoio nessa fase de independência.

À todos os meus amigos que estiveram ao meu lado nos momentos bons e ruins e fizeram da graduação uma experiência sensacional, em especial ao Lucas Macedo que sempre me ajudou a perseverar no curso independente do que acontecesse.

## **Resumo**

Apesar da escravidão ter sido abolida acerca de um século, o racismo ainda se mostra enraizado em nossa cultura. Assim, as políticas sociais emancipatórias visam a melhoria na qualidade de vida da população, observando o momento econômico e político em que a sociedade se encontra. Nesse sentido, o presente estudo, tem como objetivo investigar, como o programa de cotas raciais contribuiu para o acesso de estudantes negros ao ensino superior na Universidade de Brasília (UnB), no período 2004-2012. Em 2004, foi implementada a política de cotas raciais na Universidade de Brasília com o objetivo de redistribuir alunos negros ao longo de todos os cursos que a universidade oferta. Após de 10 anos do sistema, a pesquisa buscou responder a seguinte questão: as cotas raciais cumpriram com seu papel de ingresso e redistribuição de alunos negros na UnB? A pesquisa realizada classifica-se como descritiva. Onde observou-se documentos que forneceram dados a respeito do acesso de negros na UnB e da demanda de candidatos ao sistema de cotas raciais, sendo possível concluir que o programa de cotas raciais na universidade cumpriu com sua tarefa de aumentar o acesso de alunos negros a universidade e redistribui-los entre os cursos, além de mostrar que os candidatos negros buscam cursos de menor prestígio social e buscam de forma crescente nos cursos da área de saúde.

Palavras-Chave: Negro. Cotas Raciais. Acesso. UnB.

## **Lista de Siglas**

CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Cespe – Centro de Promoção de Eventos  
EaD - Educação a Distância  
Enem - Exame Nacional do Ensino Médio  
FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
MEC – Ministério da Educação  
MP – Medida Provisória  
Pas – Programa de Avaliação Seriado  
ProUni – Programa Universidade para Todos  
SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial  
SESU – Secretaria de Educação Superior  
Secom – Secretaria de Comunicação  
Sisu – Sistema de Seleção Unificada  
ReUni - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais  
UnB – Universidade de Brasília

## **Lista de Gráficos**

Gráfico 01 – Número de instituições de ensino superior público e privada

Gráfico 02 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2010

Gráfico 03 – Evolução do número de matrículas no ensino superior



## **Lista de Tabelas**

Tabela 01 – Evolução da auto declaração acerca de raça/cor

Tabela 02 – Total de alunos egressos nas federais

Tabela 03 - Taxa bruta de escolaridade no ensino superior (18 a 24 anos)

Tabela 04 - Candidatos inscritos pelo sistema de cotas para negros e homologados.

Tabela 05 – Total de Inscritos no vestibular no período de 2/2004 a 2/2006

Tabela 06 - Cotistas Inscritos e Homologados no período de 2/2004 a 2/2006

Tabela 07 – Percentual de cotistas por área de grupo de curso no período de 2/2004 a 2/2006

Tabela 08 – Demanda de cotistas e não cotistas nos cursos de alto prestígio no período de 2/2004 a 2/2006

Tabela 09 – Total de Inscritos no vestibular no período de 2/2007 a 2/2012

Tabela 10 - Cotistas Inscritos e Homologados no período de 2/2006 a 2/2012

Tabela 11 – Percentual de cotistas por área de grupo de curso no período de 2/2007 a 2/2012

Tabela 12 – Demanda de cotistas e não cotistas nos cursos de alto prestígio no período de 2/2007 a 2/2012

## **Lista de Quadros**

Quadro 01 – Exemplo de cursos no agrupamento por prestígio social

# Sumário

<b>1. Introdução.....</b>	<b>13</b>
1.1 Contextualização .....	17
1.2 Objetivo Geral.....	19
1.3 Objetivos Específicos .....	20
1.4 Justificativa .....	20
1.5 Descrição geral da pesquisa.....	22
1.6 Etapas da pesquisa .....	22
1.7 Estrutura do trabalho.....	23
<b>2. Políticas Públicas e Políticas Sociais Emancipatórias.....</b>	<b>25</b>
2.1 Políticas Públicas.....	25
2.2 Políticas Sociais Emancipatórias .....	28
<b>3. O papel do negro na sociedade.....</b>	<b>31</b>
3.1 Contextualização Histórica.....	31
3.2 Preconceito, Discriminação Racial e Racismo .....	33
3.3 Inclusão do Negro no Meio Acadêmico .....	36
3.4 A polêmica do tema.....	39
<b>4. Cotas Raciais na Universidade .....</b>	<b>41</b>
4.1 Sobre a Universidade de Brasília .....	41
4.2 Motivação inicial .....	43
4.3 Plano de Metas para a Integração Social, Étnica e Racial .....	44
4.4 Processo de reconhecimento de candidatas (os).....	45
<b>5. As contribuições do sistema de cotas na Universidade de Brasília .....</b>	<b>48</b>
5.1. O acesso de negros na Universidade de Brasília no período de 2/2004 a 2/2006 .....	<b>48</b>
a) Procura pela UnB .....	48
b) Demanda das Cotas .....	49
c) Cursos os quais os cotistas se candidatam. ....	50
d) Cotas nos cursos de alto prestígio .....	52
5.2. O acesso de negros na Universidade de Brasília no período de 2/2007 a 2/2012 .....	53
a) Procura pela UnB .....	54
b) Demanda das Cotas .....	55
c) Cursos os quais os cotistas se candidatam .....	56
d) Cotas nos cursos de alto prestígio .....	57
5.3. Comparativo acerca dos dois períodos.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>6. Conclusão e Sugestões .....</b>	<b>61</b>

<b>7. Referências Bibliográficas.....</b>	<b>63</b>
---	-----------

## 1. Introdução

A Lei Áurea, sancionada em 13 de maio de 1888, colocou fim ao regime de escravidão no Brasil, proclamando negros e brancos como cidadãos livres e portadores dos mesmos direitos e deveres. Entretanto, nota-se ainda que após mais de um século de abolição da escravidão, o negro ainda sofre preconceitos e dificuldades de acesso aos direitos sociais tais como, saúde, educação, moradia, infraestrutura, lazer, segurança e etc.

Observando esse contexto pós-abolição, vemos a importância da criação de políticas públicas que buscam a inclusão do negro na sociedade. Dentro dessas novas questões políticas, vem se ampliando a atuação de diversos grupos de apoio da sociedade, não somente pela pressão gerada pelos movimentos negros sendo assim, nos deparamos com os com três conceitos de política pública de combate ao racismo que Santos e Silveira (2010):

1. **Ações Repressivas:** São medidas que buscam orientar a conduta humana, tendo em vista que estas ações se caracterizam por possuírem caráter de combate à discriminação direta, sendo possível o uso da legislação criminal como forma de repressão.
2. **Ações Valorativas:** São medidas que buscam combater estereótipos, não se focalizando somente em um determinado grupo da sociedade, mas sim na sociedade como um todo buscando medidas que valorizem a pluralidades e ampliem o conhecimento dos cidadãos acerca das diversidades existentes.
3. **Ações Afirmativas:** São medidas que além de buscar garantir oportunidades de acesso, estas buscam reverter um quadro histórico, entretanto, são medidas temporárias.

Ressalta-se que nem toda política de promoção da igualdade racial é uma política de ação afirmativa, apesar de que ambas possuam relações mútuas e necessitam estar em parceria com as políticas que sejam tanto universais como focalizadas.

Desde os anos de 1930, os movimentos negros vêm mostrando a necessidade e sua dificuldade de acesso à educação. Conforme Moraes (2009) ilustra que com o movimento negro, surgiram as denúncias contra o preconceito racial e desse mesmo movimento partiu o resgate da construção de uma identidade negra no Brasil.

O movimento negro passou por mudanças significativas. Na primeira fase do protesto negro no país, ocorrida entre 1889 a 1937, o movimento tinha um caráter mais nacionalista, que persistiu na segunda fase, entre 1945 e 1964. Somente a partir de 1978, quando inicia a terceira fase, o movimento abraçou o projeto internacionalista, considerando o preconceito um problema internacional, e relacionando-o com os problemas ocorridos nos Estados Unidos e na África (DOMINGUES, 2007, p.2 *apud* MORAES, 2008)

Moraes (2008) ainda mostra que, somente a partir de 1990, o movimento negro passou a reivindicar políticas específicas voltadas para a população negra. Após a comemoração dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, foi realizada uma marcha em direção à Brasília, no dia 20 de novembro de 1995, chamada “Marcha Zumbi dos Palmares, Contra o Racismo pela Cidadania e a Vida”, quando o movimento entregou ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, um documento com reivindicações, exigindo políticas públicas e ações concretas do Estado que oferecessem condições para a promoção da igualdade de oportunidades e a eliminação de qualquer fonte de discriminação racial na sociedade.

Segundo Jaccoud:

No campo da Educação Superior, uma experiência inovadora passou a ser desenvolvida a partir do final dos anos 1990, com a criação de cursinhos universitários pré-vestibulares voltados a estudantes negros. Tendo em sua origem grupos ligados à Igreja Católica e a setores da sociedade civil, e apresentando, em alguns casos, resultados bastante expressivos, esses cursinhos passaram a contar com apoio do governo federal após 2002. Mas foi a partir de 2001 que universidades públicas começam a adotar sistemas de ações afirmativas, por meio da implementação de sistemas de cotas ou bonificações visando promover o ingresso de estudantes negros em seus cursos (JACCOUD, 2008, p. 131 e 132)

Dados PNAD (2003) mostram que o percentual dos negros que não concluíram sequer o ensino fundamental é de aproximadamente 44%, enquanto entre os brancos é de 23% e, para o acesso ao ensino superior os percentuais são de 21% entre brancos e apenas 5% para os não-brancos, sendo apenas 13% dos jovens de 18 a 24 anos frequentam ou frequentaram o ensino superior. Nos anos 2000 ocorreu o grande “bum” educacional, onde passou-se a discutir questões acerca da implementação de cotas raciais e de como a criação de políticas públicas viriam a impactar a vida dos cidadãos negros, buscando assim uma melhoria na qualidade de vida da população acerca do acesso à educação.

Dados do INEP revelam que apesar de lentamente a população que se autodeclara como preta<sup>1</sup> ou parda tem aumentado no Distrito federal, além de ter buscado mais o acesso a instituições de ensino superior. Nota-se também que população que possui desconhecimento vem diminuindo ao longo dos anos.

**Tabela 01 – Evolução da auto declaração acerca de raça/cor**

Unidade da Federação / Categoria Administrativa			Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Cor / Raça (2011)							
			Total	Branca	Preta <sup>2</sup>	Parda	Amarela	Indígena	Não Dispõe <sup>3</sup> da Informação	Não Declarado
Distrito Federal			187.442	35.835	7.500	19.662	1.885	293	80.217	42.050
	Pública		28.591	119	3.494	102	5	49	24.395	427
		Federal	27.958	109	3.489	97	4	49	24.178	32
		Estadual	633	10	5	5	1	-	217	395
		Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-
	Privada		158.851	35.716	4.006	19.560	1.880	244	55.822	41.623

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP

Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Cor / Raça (2012)	
---	--

<sup>1</sup> Os dados do INEP acerca da auto declaração de raça/cor da população encontram-se disponíveis somente a partir de 2011.

<sup>2</sup> A contagem da população negra no país se baseia na somatória dos declarados pretos e pardos

<sup>3</sup> Não dispõe de informação, são as pessoas que não possuem informações suficientes para se declarar pertencente à um grupo.

Unidade da Federação / Categoria Administrativa			Total	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não Dispõe da Informação	Não Declarado
Distrito Federal			191.077	41.581	7.894	23.935	2.012	275	79.141	36.239
	Pública		30.730	1.482	3.193	563	36	49	24.077	1.330
		Federal	28.885	1.187	3.158	398	23	47	23.760	312
		Estadual	715	17	6	5	-	-	249	438
		Municipal	1.130	278	29	160	13	2	68	580
	Privada		160.347	40.099	4.701	23.372	1.976	226	55.064	34.909

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP

Unidade da Federação / Categoria Administrativa			Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Cor / Raça (2013)							
			Total	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não Dispõe da Informação	Não Declarado
Distrito Federal			203.821	43.865	7.885	38.134	3.075	393	62.271	48.198
	Pública		32.582	9.764	2.122	6.707	553	80	2.525	10.831
		Federal	30.725	9.254	2.052	6.395	534	78	2.176	10.236
		Estadual	747	24	8	22	2	-	320	371
		Municipal	1.110	486	62	290	17	2	29	224
	Privada		171.239	34.101	5.763	31.427	2.522	313	59.746	37.367

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP

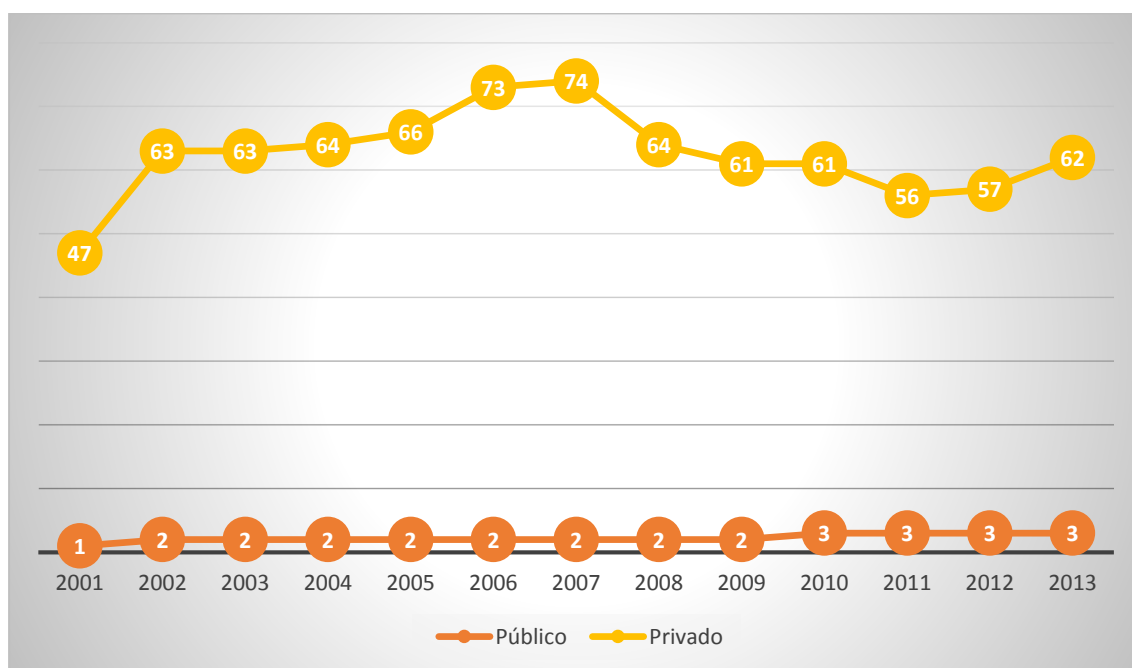
De acordo com o portal do MEC, a lei 12.711/2012, trata do ingresso em universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, tendo como principal característica a reserva de vagas às cotas (50% do total de vagas da instituição) serão subdivididas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas sendo preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio.



O sistema de cotas raciais em universidades públicas, torna-se necessário para a inclusão de negros no âmbito universitário aonde normalmente são sub-representados em função da discriminação que sofrem devido ao contexto histórico. Sendo assim a lei foi aplicada gradualmente, de maneira que em 2013 a reserva teria de ser de, pelo menos, 12,5% do número anteriormente ofertada. A implantação das cotas ocorrerá de forma progressiva ao longo de quatro anos, até chegar à metade da oferta total do ensino público superior federal.

Entretanto, há de se observar, conforme o gráfico abaixo que há uma grande disparidade entre o ensino público x ensino privado de ensino superior no Distrito Federal, mostrando assim a necessidade de políticas de financiamento para alunos que não conseguem ingressar na rede ensino público.

**Gráfico 01 – Número de instituições de ensino superior público e privada**



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP

## 1.1 Contextualização

O problema do racismo vem se construindo na sociedade, mesmo com a abolição da escravidão se perpetuando de geração em geração. Tornando-se um problema de Estado a maneira com que não só o racismo impacta a vida das pessoas negras, mas como essas vem se enquadrando no modelo de sociedade vigente no Brasil, tornando-se assim necessário à criação de políticas públicas de amparo ao cidadão negro que conforme observado nas tabelas acima possui um grau de educação inferior ao branco e assim se matriculando menos no ensino superior. Segundo os microdados do IBGE a população negra do país possui cerca de 3.935.297 de desempregados em 2013 enquanto de brancos 2.514.615.

Ao observar essas disparidades, conclui-se a importância que o estado tem ao intervir com a criação de políticas públicas para os negros. Esse trabalho partirá da política de cotas raciais em universidades federais, tendo como foco a UnB e observando se essa política cumpriu seu papel de redistribuir alunos negros na universidade.

No art. 1º da lei 10.558/2002, fica criado o Programa Diversidade na Universidade, no âmbito do Ministério da Educação, com a finalidade de implementar e avaliar estratégias para a promoção do acesso ao ensino superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, especialmente dos afrodescendentes e dos indígenas brasileiros

A Secretaria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) mostra que com a adoção da lei 12.711/2012<sup>1</sup> estima-se que em 2014: 20% do total de vagas ofertadas pelas Universidades Federais (48.676) foram ocupadas por estudantes declarados pretos, pardos e indígenas e 23% do total de vagas ofertadas pelos Institutos Federais foram ocupadas por estudantes declarados pretos, pardos e indígenas (12.055)

**Tabela 02 – Total de alunos egressos nas federais**

Ano	Universidades Federais		Institutos Federais	
	Total	Cotas	Total	Cotas
2013	221.650	70.849	44.507	20.448

2014	243.383	98.121	52.414	24.222
Total	465.033	168.970	96.921	44.670

Fonte: Secretaria de Ensino Superior (SESU/MEC). Novembro 2014

No período de 2004 a 2013 em que a Universidade de Brasília (UnB) adotou o sistema de cotas raciais, onde eram reservadas 20% das vagas dos cursos para alunos que após se declarassem negros ou pardos e fossem aprovados em uma seleção, concorreriam ao sistema de cotas raciais.

Do segundo semestre de 2004 ao primeiro semestre de 2013, 64.683 candidatos se inscreveram no vestibular da UnB pelo sistema de cotas para negros, o sistema passou por algumas transformações referentes à maneira de identificar alunos que realmente fossem negros e não somente se declarassem como tais para terem acesso às vagas reservadas (UnB, 2013).

Na primeira fase do programa de cotas raciais, o candidato que desejasse concorrer a essas vagas poderia fazer sua inscrição somente nos postos na UnB, posteriormente (a partir de 2007) os candidatos passaram a entregar uma ficha devidamente preenchida, havendo a necessidade de ser fotografado no ato da inscrição, 2008 passou-se a adotar o sistema de entrevistas, onde o candidato era filmado respondendo uma entrevista que seria avaliada por uma banca. Cabe-se ressaltar que os alunos que não fossem aprovados nessa seleção passariam imediatamente a se encontrar no sistema universal de seleção.

Assim este trabalho busca mostrar como o programa de cotas raciais contribuiu para o acesso de estudantes negros, possuindo sua base de pesquisa em dados disponíveis no site da universidade e de outros trabalhos anteriormente realizados.

## 1.2 Objetivo Geral

A pesquisa tem como objetivo investigar como o programa de cotas raciais contribuiu para o acesso de estudantes negros ao ensino superior na Universidade de Brasília (UnB), no período 2004-2012.

### **1.3 Objetivos Específicos**

Como objetivos específicos da pesquisa:

1. Identificar as formas de acesso do estudante negro na UnB.
2. Analisar a contribuição no acesso de estudantes negros por meio do sistema de cotas raciais no período de 2004 - 2012.

### **1.4 Justificativa**

A importância desse trabalho se reflete na avaliação da efetividade social do programa de cotas raciais, sendo de irrefutável indispensabilidade devido as discussões que o programa gera, não somente devido ao contexto histórico de luta do negro mas também para estudo acerca da representação do negro no âmbito universitário e suas disparidades, podendo assim observar se os alunos que foram admitidos pelas cotas raciais poderiam ter sido admitidos também pelo sistema de ampla concorrência, (caso não houvesse o programa) haja vista que o ingresso na Universidade vem se tornando um meio cada vez mais competitivo.

O capítulo I da Constituição Federal de 1988, artigo 3º trata dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, estando descrito no inciso IV a busca por promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Tendo-se a Constituição como prerrogativa é possível afirmar que o programa de cotas raciais nas universidades federais segue o princípio constitucional, buscando inserir o negro no meio acadêmico, uma vez que até 2004 apenas 2% da universidade estudada se assumia como negro.

Segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD 2013), do IBGE, negros representam 53,1% da população brasileira, além disso a população negra também é a que mais sofre com a violência e a precariedade de infraestrutura nas cidades, gerando um problema social de inclusão de uma maioria que não possui condições dignas de acesso à educação de qualidade ir para início

No que tange a questão do sistema de cotas da UnB é plausível de análise devido a sua capacidade de inserção de alunos no meio acadêmico, tornando essa pesquisa importante de maneira a contribuir com uma avaliação acerca do acesso desses alunos que ingressaram durante o período em que as cotas vigoraram, contribuindo como instrumento de análise para as políticas públicas de inclusão racial.

Esse trabalho se mostra relevante para o meio acadêmico de maneira a contribuir não somente para as discussões acerca da inserção de minorias raciais no âmbito que vem se considerando um dos mais privilegiados da sociedade, como também na discussão acerca da adequação de políticas compensatórias e emancipatórias e sua eficiência e relevância, uma vez que as cotas raciais, além de serem um tema de normalmente divide a sociedade em opiniões opostas mostrando sua relevância acerca do debate de políticas compensatórias acerca de uma época da sociedade em que os negros foram colocados como uma camada não merecedora de respeito da sociedade.

Apesar das cotas serem alvo de grandes disparidades, anteriormente foi mostrado que a Universidade estudada teve um grande aumento da população que se declara como negra com a política de cotas raciais.

A população negra, apesar de representar mais da metade da população brasileira, ainda possui pouca representação, não somente em meios acadêmicos, mais também ocupa um percentual mínimo em setores mais privilegiados, mesmo após mais de 100 anos de abolição da escravidão

De maneira que esse trabalho possui sua importância quanto a análise acerca do acesso do negro o ensino superior e como o número de negros que ingressa nessa modalidade de ensino vem aumentando, conforme será mostrado mais adiante, observando e comparando o rendimento dos alunos cotistas (negros) e dos aluno não cotistas na Universidade de Brasília. Esse trabalho, também possui relevância para a análise acerca das políticas públicas raciais que no contexto atual vem ganhando espaço apesar de ainda se observar divergências quanto ao assunto como será apresentado mais adiante.

## **1.5 Descrição geral da pesquisa**

Para Gil (2002), pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos.

Considerando o objetivo geral desse trabalho, que é a investigação de como o programa de cotas raciais contribuiu para o acesso de estudantes negros ao ensino superior na Universidade de Brasília (UnB), no período 2004-2012. A pesquisa realizada classifica-se como descritiva. Para Gil (2002, p.42) as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis podendo salientam as pesquisas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental e etc.

## **1.6 Etapas da pesquisa**

O presente trabalho buscou para sua realização levantamentos bibliográficos a partir de informações disponibilizadas na internet em portais dos ministérios e sites de informação, além de livro, artigos, jornais e relatórios acerca do acesso de estudantes negros a UnB por meio da política de cotas raciais ao longo dos dez anos de sua implementação na Universidade.

Em seguida, foi realizada uma pesquisa documental. Gil (2002, p.45-46) mostra que a pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica a diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes, enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa, além disso, o autor também ressalta que a pesquisa documental apresenta uma série de vantagens,

tais como, que os documentos constituem fonte rica e estável de dados ou não exigir contato com os sujeitos da pesquisa

Os documentos analisados forneceram dados a respeito do acesso de negros na UnB por meio do sistema de cotas. Foram analisados os seguintes documentos:

- CARDOSO, Claudete Batista. Efeitos da política de cotas na universidade de Brasília: Uma análise do rendimento e da evasão. Brasília, 2008.
- Universidade de Brasília - UnB, 2013. Análise do sistema de cotas para negros na Universidade de Brasília: Período 2º semestre de 2004 ao 1º semestre de 2013.
- Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase. Cotas raciais, por que sim? (2008)
- GARCIA, Francisco Augusto da Costa. Uma análise quantitativa do sistema de cotas raciais na Universidade de Brasília. Brasília (2013)
- Dados de Demanda no vestibular, disponibilizados pelo Cespe/UnB

Após a pesquisa documental, os dados foram analisados buscando-se identificar qual a efetividade do sistema de cotas na UnB, com destaque aos cenários dos cursos que garantiram esse acesso

## **1.7 Estrutura do trabalho**

A monografia está dividida em sete seções, incluindo esta introdução. Na próxima seção serão apresentadas noções de política pública e de política social. Nas seções seguintes será apresentada uma conceituação histórica acerca de como o negro vem se colocando na sociedade brasileira ao longo dos anos, buscando mostrar marcos históricos que influenciaram na participação do negro na sociedade, a história do sistema de cotas raciais na Universidade de Brasília. Nas últimas duas seções serão apresentados dados acerca dos dez anos de vigência das cotas raciais e as conclusões da análise acerca do total de negros ingressos na universidade.



## 2. Políticas Públicas e Políticas Sociais Emancipatórias

Esse capítulo tem por objetivo conceituar políticas públicas e políticas emancipatórias, além fazer uma contextualização histórica das de políticas no Brasil.

### 2.1 Políticas Públicas

Souza (2006) mostra que não existe uma única definição acerca do conceito de políticas públicas e, com base em outros autores, afirma que no decorrer dos últimos anos é possível observar que emergiram novas definições para o termo, demonstrando não somente a importância do campo de políticas públicas, mas, também, do conhecimento acerca das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação.

As mudanças em relação as atribuições do Estado se ampliaram a medida em que a democracia ganhou forças, passando a serem inseridas na agenda governamental questões sobre saúde, educação, transporte, meio ambiente e etc. Assim se configura o campo de políticas públicas, inicialmente como um sub campo da ciência política, no qual a soma das atividades do governo não somente influenciam como também impactam a vida dos cidadãos.

A expressão “política pública” (em inglês, *public policy*) é formada pela palavra política que vem de *polis*, um termo de origem grega que significa aquilo que é público, juntamente com a palavra público(a), que vem do latim, *publicus*, que significa aquilo que pertence ao povo. As definições no dicionário de língua portuguesa acerca da palavra política, se dá como: 1. arte ou ciência de governar. 2. arte ou ciência da organização, direção e administração de nações ou Estados; ciência política. E as definições acerca de pública aparecem como: 1. Algo relativo à povo.

Para a diferenciação de dimensões de política, pode-se, ainda, diferenciar *polity*, *politics* e *policy*. A *polity* corresponde à estrutura paramétrica estável da política e que, supõe-se, deve ser a mais consensual possível entre os atores; a

*politics* é o próprio jogo político; a *policy* diz respeito às políticas públicas, ao resultado do jogo disputado de acordo com as regras vigentes, Couto e Arantes (2006)

Nesse sentido, Dye (1984) *apud* Souza (2006) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”, complementada por Laswell (1936), sendo o qual decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz” (Souza, 2006, p.24)

Ressalta-se que ambas as definições mostram que as políticas públicas assumem de uma maneira geral uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que possam existir diferenças sobre a importância relativa destes fatores.

De acordo com Secchi (2010), uma política pública é uma orientação à uma atividade ou à passividade de alguém; as atividades e passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública, que possui assim dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido com coletivamente relevante.

Para Saravia (2006), o conceito de políticas públicas trata sobre um fluxo de decisões públicas, orientando a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar a nossa realidade, destacando que o processo de política pública não possui uma racionalidade manifesta, não é uma ordenação social na qual cada ator social conhece e desempenha o papel esperado.

Este trabalho tomará como base o conceito de políticas públicas apresentado por Saravia (2006), observando que a implementação do sistema de cotas emergiu da necessidade de se reparar um dano histórico da situação

do negro na sociedade brasileira, a qual se tornou pauta de discussão nas agendas políticas, a fim de garantir os direitos sociais de forma igualitária.

Com base nas características citadas das políticas públicas, Saravia (2006) propõe uma divisão em torno de sete momentos do processo de formação de uma política pública. São eles:

1. Agenda: consiste na inclusão de determinado pleito ou necessidade social na agenda, na lista de prioridades, do poder público.

2. Elaboração: que consiste na identificação e delimitação de um problema atual ou potencial da comunidade, a determinação das possíveis alternativas para sua solução ou satisfação, a avaliação dos custos e efeitos de cada uma delas e o estabelecimento de prioridades.

3. Formulação: inclui a seleção e especificação da alternativa considerada mais conveniente, seguida de declaração que explicita a decisão adotada, definindo seus objetivos e seu marco jurídico, administrativo e financeiro

4. Implementação: constituída pelo planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para executar uma política.

5. Execução: é o conjunto de ações destinado a atingir os objetivos estabelecidos pela política.

6. Acompanhamento: é o processo sistemático de supervisão da execução de uma atividade (e de seus diversos componentes), que tem como objetivo fornecer a informação necessária para introduzir eventuais correções a fim de assegurar a consecução dos objetivos estabelecidos.

7. Avaliação: consiste na mensuração e análise, a posteriori, dos efeitos produzidos na sociedade pelas políticas públicas.

Segundo dados do Censo, no período de 2000 a 2010, o percentual de pretos subiu de 6,2% para 7,6% (15 milhões). Esse resultado também aponta que a população que se autodeclara branca caiu de 53,7% para 47,7% (91 milhões de brasileiros).

Para essa população de negros, o acesso à educação superior como um direito social a ser garantido se colocou como uma necessidade que levou a uma inserção de pauta na agenda das políticas sociais no Brasil, em uma perspectiva emancipatória.

## **2.2 Políticas Sociais Emancipatórias**

O conceito de política social engloba a busca de melhoria na qualidade de vida da população, tendo em vista o momento econômico e político em que a sociedade se encontra. As políticas públicas sociais podem ser universais ou focalizadas.

Em relação as políticas universais Kerstenetzky (2006) frisa que estas economizam vários recursos na alocação do gasto social, em particular, os custos associados ao desenho minucioso, à implementação e ao monitoramento de políticas focalizadas, e posterior avaliação dos impactos, necessária para a correção incremental dos "vazamentos" ou "exclusões" indevidos.

Kerstenetzky (2006) também afirmam que as políticas universais economizam vários recursos na alocação do gasto social, associado ao desenho e a implementação e monitoramento de políticas focalizadas tendo assim como sinônimo das políticas universais a redistribuição generosa, ou seja, a ocorrência da existência de uma justiça de mercado.

Para Barco (2010), as políticas focalizadas são parte da relação entre Estado, Família e Mercado para atingir o bem-estar, definida por embasamentos técnicos que orientam a construção de um mix público/privado nas áreas dos serviços sociais, reestruturando a matriz básica do público, além de terem a descentralização como uma estratégia para alcançar seus objetivos, que são: reduzir o gasto social, gerir eficientemente os recursos do Estado e criar uma rede de segurança social mínima.

As políticas consideradas focalizadas podem se subdividir em três categorias: residual, condicional e reparatória. Segundo Kerstenetzky (2006) a

residual está intimamente ligada ao modelo neoliberal; a condicional está voltada para a boa utilização dos recursos públicos a fim de garantir as áreas carentes, e a reparatória ou redistributiva, que visaria alguns grupos a fim de se garantir a igualdade aos direitos sociais.

Feliciano e David (2014) Nessa direção, podemos considerar o conceito de *compensação*, pelo qual entende-se que é uma forma de se extinguir uma obrigação em que os sujeitos da relação obrigacional (este termo é usado no sentido de equilibrar); e o conceito de *emancipação*, onde entende-se que é o ato de equiparar o padrão legal de cidadãos, oportunizando a igualdade de status de cidadãos em relação ao Estado

Cabe observar que as políticas sociais são de suma importância para esse trabalho de maneira que o estudo das cotas para negros em universidades públicas constitui num tipo de política focalizadora. Moraes (2009), traz o conceito de que as ações afirmativas são exemplos de medidas compensatórias pois visam a garantir e a promover os direitos da igualdade de oportunidades combinados ao reconhecimento de um tratamento desigual para os desiguais sendo assim são destinadas a grupos com pertencimento étnico-racial que se encontram sub-representados em virtude de discriminação sofrida no passado ainda fortemente presente na sociedade.

Com base nesse conceito é possível estudar o sistema de cotas raciais, como uma política compensatória, tendo em vista que essa política busca a equiparação de direitos entre negros e brancos, além da quebra de culturas e crenças que colocam o negro como inferior ao branco. Assim a política de cotas raciais visa reparar danos de geração passadas, se focalizando assim no grupo de negros do país, pode-se assim dizer que esse tipo de política reparatória<sup>4</sup> está atrelada a políticas universais como cita Kerstenetzky (2006) devido a sua justificativa em uma noção de direitos sociais, buscando assim a diminuição dos

---

<sup>4</sup> O Conceito de política social engloba a busca de melhoria na qualidade de vida da população tendo em vista o momento econômico e político em que a sociedade se encontra, tendo sua origem nas práticas assistencialistas, promovidas inicialmente pela igreja.

As políticas sociais ganharam forças com a consolidação com *Welfare State* (Estado de Bem Estar), sendo impulsionadas pela Revolução Industrial, em meados do séc. XX.

No Brasil, o desenvolvimento da área social se deu de maneira fragmentada sofrendo alterações a cada governo que se instituía, começando a ser notada a partir dos anos 30 com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder e o Estado passando a se caracterizar como populista.

impactos causados pela criação de uma cultura injusta, como se observa no caso racial.

### **3. O papel do negro na sociedade**

Esse capítulo tem por objetivo fazer uma conceituação histórica acerca de como o negro vem se colocando na sociedade brasileira ao longo dos anos, buscando mostrar marcos históricos que influenciaram na participação do negro na sociedade.

#### **3.1 Contextualização Histórica**

O papel do negro na sociedade começou muito antes do período da escravidão, tendo em vista que anteriormente os egípcios não possuíam essa relação racial, sendo assim nesse período era possível observar a existência de escravos que possuíam olhos claros (o que é valorizado na sociedade moderna).

A partir de 1789, a Revolução Francesa tornou nítido que a escravidão beneficiava determinados grupos sociais, apesar desse regime dificultar a implementação totalitária do capitalismo, uma vez que o regime escravocrata permitia aos senhores um lucro extremamente alto já que não era necessário o pagamento de funcionários, nem de nenhum tipo de regime trabalhista.

Heringer (2002), enfatiza que o Brasil foi o último país do mundo a abolir o trabalho escravo de pessoas negras, em 1888, após ter recebido escravos por mais de três séculos. Após a abolição da escravidão, os negros tornaram-se um problema social de maneira que estes acabaram se tornando marginalizados em relação ao sistema econômico vigente na época, assim, durante o séc XIX ocorreram algumas tentativas de “branquear” a sociedade brasileira.

Skidmore (1974) relata a demora para que a escravatura ganhasse força política. Ao traçar uma linha histórica dos acontecimentos tem-se que: em 1850, Dom Pedro II assinou a Lei Eusébio de Queiroz essa lei proibiu o tráfico de escravos para o Brasil, o que tornou os escravos mais valiosos no Brasil, já que estes não conseguiam se reproduzir devido as baixas condições de infraestrutura e salubridade em que se encontravam; em 1871, a Princesa Isabel, assinou a Lei do Ventre-Livre esta considerava que todos os nascidos de

mulheres escravas estavam libertos; em 1885 foi aprovada a Lei dos Sexagenários, que concedia liberdade para todos os escravos com mais de 60 anos de idade e por fim em 1888, a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea essa lei libertava todos os escravos do Brasil e proibia a escravidão no país.

Nota-se nessa linha histórica que, apesar de haver intenções em libertar os escravos, este era um processo muito delicado de se consolidar. Em 1888, após a libertação total dos escravos, ocorreu uma grande imposição por parte dos liberais que acreditavam que esta libertação deveria ter ocorrido de maneira gradual e não em totalidade. Com a libertação dos escravos, estes passaram a se encontrar marginalizados na sociedade

Durante o começo dos anos 30, militantes começaram a denunciar as desigualdades raciais que se encontravam não somente na distribuição de renda entre as classes sociais, mais também no acesso à educação, saúde e etc. Jaccoud (2008) coloca que, a partir de 1940, emerge o termo “Democracia Racial” que se assentada em uma interpretação benevolente do passado escravista e em uma visão otimista da tolerância e da mestiçagem.

Jaccoud (2008) considera que a democracia racial causou a existência de estereótipos e preconceitos raciais, intervindo no processo de competição social e de acesso às oportunidades, assim como influenciando no processo de mobilidade intergeracional, restringindo o lugar social dos negros. Mostrando assim que a construção da democracia excluía uma classe da população, a classe que possuía como característica a cor de pele negra.

Heringer (2002) mostra que ao se traçar a história do Brasil acerca do impacto dos movimentos negros, em meados dos anos 60 e 70, no auge da ditadura militar, os movimentos encontravam uma grande dificuldade de se organizar, uma vez que as formas de liberdade e expressão foram enxugadas. Os militantes buscavam denunciar as desigualdades raciais que ocorriam em virtude da democracia racial estabelecida, entretanto, é de se observar que os movimentos negros não acabaram, apesar de passarem a se encontrar cada vez mais reprimidos pelo sistema.

A Constituição Federal de 1988 define parâmetros acerca de saúde, educação, significando uma grande ampliação de direitos sociais, não somente



para negros, mas para todos os brasileiros de baixa renda. O debate da constituição significava não somente a ampliação de direitos, mas, também, a assertividade de um debate que englobava dívidas sociais.

O Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil (2009-2010) mostra que a Constituição trata da desigualdade racial e dos preconceitos raciais, observando como estão estruturados os: Título I (Dos princípios fundamentais), Título II (Dos direitos e garantias fundamentais), Título VIII (Da ordem social), Título IX (Das disposições constitucionais gerais) e o Título X (Ato das disposições constitucionais transitórias). Com essa estrutura, a Constituição mostra que as reivindicações dos movimentos negro, haviam de certa forma entrado na agenda de preocupações do Estado, tendo como marco trechos, como por exemplo: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. (p.17)

### **3.2 Preconceito, Discriminação Racial e Racismo**

Jaccoud (2008) coloca que, apesar de ser frequentemente considerada como discriminação de classe, a discriminação racial é um fenômeno presente na dinâmica social brasileira. Operando na ordem da distribuição do prestígio e privilégios sociais, os mecanismos raciais de discriminação atuam mesmo nos espaços sociais e econômicos mais modernos da sociedade, de maneira que tais mecanismos influenciam na distribuição de oportunidades, concentrando assim em alguns espaços um grande déficit de renda, criando assim uma ditadura da capitalista, onde os negros se encontram na faixa da pobreza, gerando preconceito de classe, onde quanto menor a classe, menores serão os direitos.

Heringer (2002), afirma que apesar de diversas iniciativas buscando acabar com a democracia racial, principalmente colocando esse tema na agenda política outras iniciativas, é difícil afirmar que a sociedade brasileira possui um compromisso com a diminuição das desigualdades raciais, uma vez que a maioria das pessoas simplesmente se recusa a levar raça em conta, quando são

consideradas as causas da pobreza e da falta de oportunidades. Entretanto, existe a percepção de que a maioria dos pretos e pardos são pobres, e de que a maioria dos pobres são pretos e pardos.

O Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil (2009-2010), mostra que o preconceito social, étnico e racial denota uma predisposição psicológica de um indivíduo contra o outro que não lhe é igual em termos econômicos (condições sociais distintas às suas), fenotípicos (cor da pele, tipos de cabelos, formas faciais e demais atributos visualmente identificáveis que denunciem, de alguma forma a origem familiar) ou culturais (língua falada, dialetos ou sotaques, modo de trajar, religião, forma de organização da família, identidade territorial e dimensões a estas assemelhadas).

Embora nem sempre isso ocorra, estes fatores tendem a afetar a sociedade e a se mesclarem de maneira a gerar associações psicológicas, cujas quais, veem se consagrando ao longo da história da sociedade Brasileira e criando dogmas e estereótipos de que o negro possui uma pré-disposição a se encontrar em uma situação econômica abaixo daqueles que não são negros.

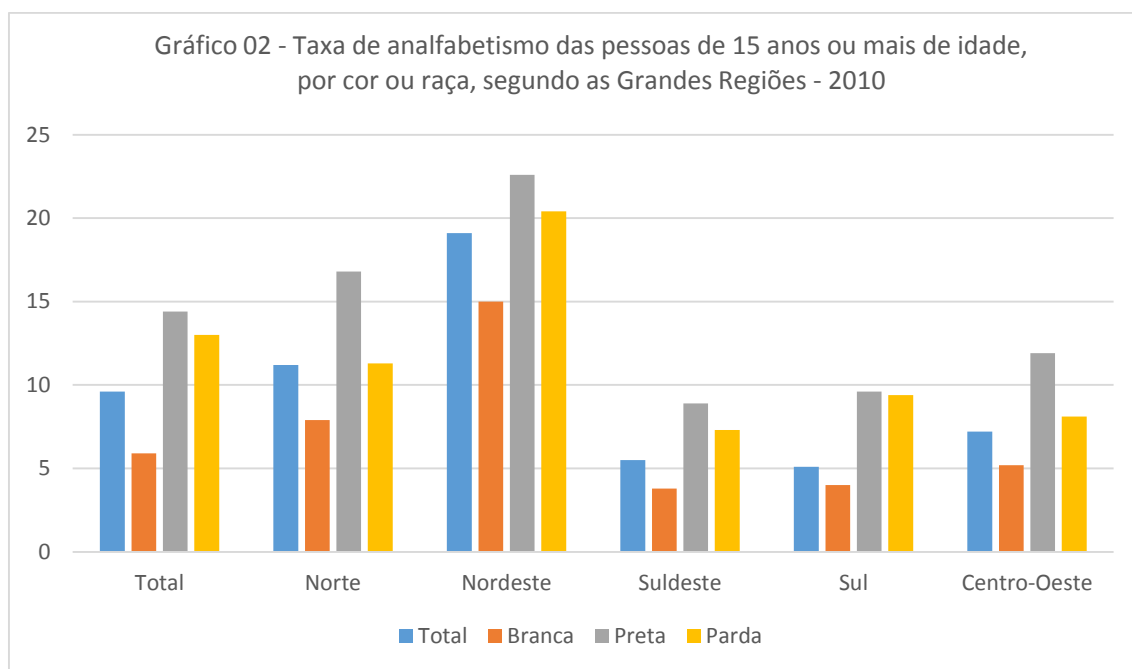
Há de se observar que até nos dias de hoje, o Brasil encontra dificuldades ao delimitar quem são os negros no país. As pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que ainda não existe uma clareza ao se classificar os brasileiros quanto a cor, utilizando diversas nomenclaturas para a classificar do que vem a ser negro na sociedade atual. Segundo o IBGE, Cor ou Raça - característica declarada pelas pessoas de acordo com as seguintes opções: branca, preta, amarela, parda ou indígena.

De acordo com o Jornal do Brasil, em uma notícia vinculada no dia 16 de novembro de 2011. O Censo 2010 detectou também mudanças na composição por cor ou raça declarada. Dos 191 milhões de brasileiros em 2010, 91 milhões se classificaram como brancos, 15 milhões como pretos, 82 milhões como pardos, 2 milhões como amarelos e 817 mil indígenas. Registrou-se uma redução da proporção brancos, de 53,7% em 2000 para 47,7% em 2010, e um crescimento de pretos pardos e amarelos. Foi a primeira vez que um Censo Demográfico registrou uma população branca inferior a 50%.

Cabe a reflexão acerca da maneira com que a construção da sociedade brasileira ocorreu e de que maneira tais influências históricas impactam na construção do presente, sendo necessária a implementação de políticas que busquem o reparo de uma construção histórica, cuja a qual, na atualidade se torna desmedida tendo em vista que negros e brancos possuem as mesmas capacidades físicas e mentais. Os negros, desde o período escravocrata, se encontram marginalizados na sociedade, podendo observar a construção das favelas no país onde a maioria de sua população é negra e de baixa renda, criando, assim, um ciclo vicioso de baixo acesso à educação e a menores condições de infraestrutura e salubridade, como era observado no período da escravidão.

Dessa forma, a política de cotas se enquadra nesse cenário como a tentativa do Estado de incluir aqueles que se encontram marginalizados e em situação inferior aos brancos há mais de um século, observando que a educação vem a ser o melhor caminho de inclusão e ascensão de renda, quebrando assim uma cultura em que o negro tende a largar os estudos para trabalhar, dando origem também a outros programas sociais de auxílio, problema esse que vinha a se refletir na educação.

De acordo com o Jornal do Brasil, em uma notícia vinculada no dia 16 de novembro de 2011, dados do CENSO de 2010 mostram que a taxa de analfabetismo, que foi de 9,6% para as pessoas de 15 anos ou mais de idade, caiu em relação a 2000 (13,6%). A maior redução ocorreu na faixa de 10 a 14 anos, mas ainda havia, em 2010, 671 mil crianças desse grupo não alfabetizadas (3,9% contra 7,3% em 2000).



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

### 3.3 Inclusão do Negro no Meio Acadêmico

No Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil (2009-2010), a taxa bruta e a taxa líquida de escolaridade no ensino superior (18 a 24 anos) da população residente, segundo os grupos de cor ou raça selecionados (brancos e pretos & pardos) e sexo, Brasil, 1988, 1998 e 2008 mostra que, apesar do aumento de alunos que frequentam o ensino superior, ainda há de se notar uma disparidade de frequência entre negros e brancos, apesar do acesso de ambos ter aumentado, conforme tabela:

**Tabela 03 - Taxa bruta de escolaridade no ensino superior (18 a 24 anos)**

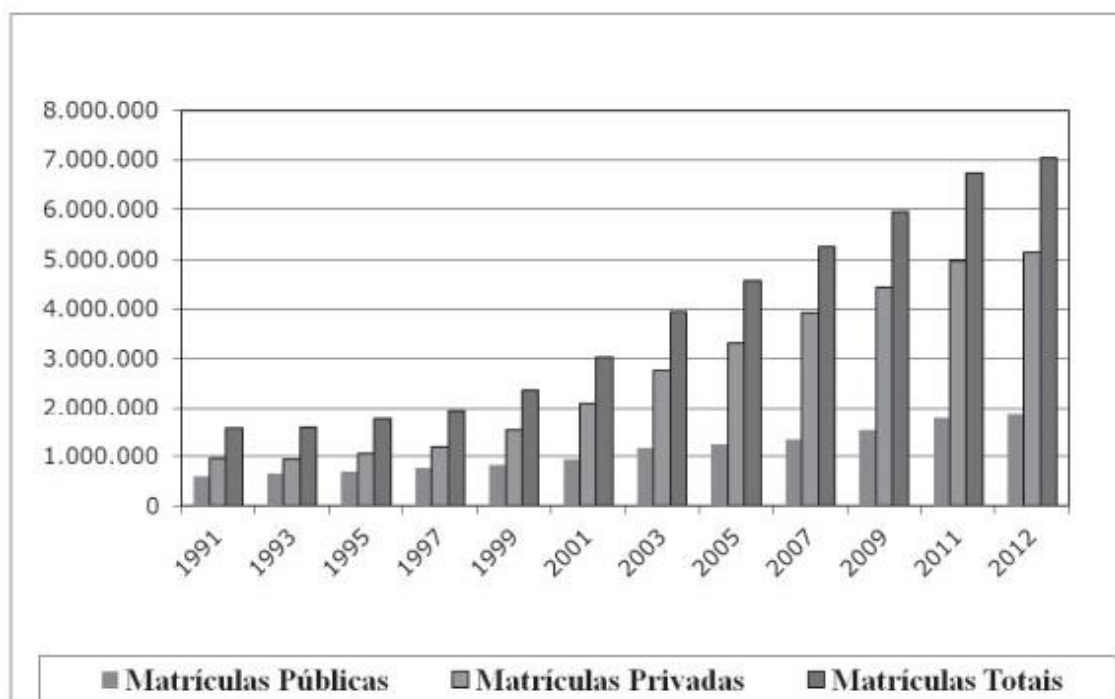
		1988	1998	2008
Homens	Brancos	12,3	15,0	31,7
	Pretos e Pardos	3,1	3,2	13,0
	Total	8,2	9,4	21,6
Mulheres	Brancas	12,4	18,4	39,9

	Pretas e Pardas	4,1	5,0	20,0
	Total	8,9	12,3	29,6
Total	Branços	12,4	16,8	35,8
	Pretos e Pardos	3,6	4,0	16,4
	Total	8,6	10,9	25,5

Fonte: Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil (2009-2010)

Ao observar a tabela, observa-se que apesar dos negros ainda serem minoria no acesso ao ensino superior, o acesso destes, apesar de lento tem aumentado. Deve-se levar em conta neste aumento, o acesso não somente a universidades públicas, mais também o acesso a universidades particulares, levando-se em conta que há uma maior oferta de ensino para com as faculdades particulares além de programas do governo que estimulam a entrada de alunos nas particulares como: Fies - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, programa de financiamento destinado a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos. O programa foi criado pela MP nº 1.827, de 27/05/99, regulamentado pelas Portarias MEC nº 860, de 27/05/99 e 1.386/99, de 15/19/99 e Resolução CMN 2647, de 22/09/99 e ProUni - O Programa Universidade para Todos, foi criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005, e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior onde as instituições que aderem ao programa recebem isenção de tributos, por exemplo. Lembrando que ocorreu um aumento de vagas em universidades públicas com a implementação de programas como o ReUni - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior. (Informações retiradas do site do MEC)

**Gráfico 03 – Evolução do número de matrículas no ensino superior**



Fonte: INEP. MEC. Sinopses estatísticas da educação Superior. Brasília INEP, 1991 – 2012 apud Ristoff (2014)

Do relatório, também é possível extrair dados relativos ao orçamento autorizado para a promoção de políticas de promoção da igualdade racial, iniciativas bem como dos notáveis esforços do Estado em promover uma maior visibilidade dos negros, dando importância até mesmo ao feriado de 20 de novembro (Dia da Consciência Negra) além da implementação de leis como a Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio.

Heringer (2002) já vinha mostrando em seus estudos que é difícil afirmar que

a sociedade brasileira possui um compromisso com a diminuição das desigualdades raciais. A maioria das pessoas simplesmente se recusa a levar raça em conta, quando são consideradas as causas da pobreza e da falta de oportunidades. Entretanto, existe a percepção de que a maioria dos pretos e pardos são pobres, e de que a maioria dos pobres são pretos e pardos. Essa percepção pode transformar-se em um ponto de partida para sugerir a adoção de medidas específicas a alguns grupos. (p.64)

O surgimento das cotas raciais ganharam visibilidade em meados dos anos 2000, apoiada no modelo norte americano que foi criado em 1961, no intuito de fazer com que brancos e negros frequentassem o mesmo ambiente de ensino.

Cada instituição de ensino possui suas próprias regras acerca da adoção dessa política. A Universidade de Brasília (UnB), foi a primeira instituição pública federal a implantar um sistema de cotas para estudantes negros, disponibilizando assim 20% (vinte por cento) das vagas para alunos que se declarassem como negros e fosse aprovados em uma seleção que ocorria anteriormente ao vestibular.

### **3.4 A polêmica do tema**

Cardoso (2008) mostra que no Brasil existem três grandes argumentos que cercam a polemica acerca das cotas raciais, que são: 1.Noções de meritocracia que alegam que as vagas da universidade devem ser destinadas somente aos mais aptos; 2. Disputa racial, o sistema cria uma espécie de ódio entre dois grupos – os que tem direito ao privilégio e os que não têm; 3. O método de aprovação no sistema é alvo de discussões.

Matos (2014) Cita como uma argumentação favorável as cotas raciais movimento negro lançou um manifesto contra os projetos de lei nº 73 de 1999 (que instituiria a lei de cotas para acesso no ensino superior público) e o nº 3198 de 2000 (para a criação do Estatuto da Igualdade Racial) e como argumento contrário ao sistema de que as cotas raciais significam uma exata separação, entre aqueles que são cotistas e aquele que não o são. Ou seja, entre negros e não negros. No entanto, tal separação não é tão evidente no Brasil como nos Estados Unidos, tornando-se difícil a classificação das pessoas em determinado grupo de cor.

Uma das críticas à reserva de vagas baseia-se no argumento de que deficiências na formação escolar anterior dos cotistas consistiriam em ameaça à qualidade do ensino universitário, mas, o argumento não tem encontrado apoio

em dados empíricos sobre o rendimento no curso de cotistas em várias universidades (Velloso, 2009). Os resultados do primeiro semestre de estudos dos aprovados na UnB em 2004 revelaram que, no conjunto de todos os alunos, mais de 1/3 dos cotistas se situavam na metade superior da distribuição do índice de rendimento acadêmico em seus respectivos cursos, ao lado dos melhores estudantes aprovados pelo sistema universal (Velloso, 2006 *apud* Velloso, 2009).

A política de cotas raciais, surge com o ideal de incentivar alunos negros a buscar o ingresso na universidade pública, visando assim reverter uma das formas de racismo encontradas na sociedade moderna. Apesar de ser um sistema que com o passar dos anos passou por modificações em busca da redução de falhas na aceitação de candidatos ao sistema. Tais critérios de seleção levaram a contradições acerca da chamada institucionalização do racismo.

Apesar das discussões que cercam esse tema a política de cotas raciais em universidades públicas e agora em concursos públicos é apenas uma tentativa do estado de democratizar o acesso de todos a esses ambientes que são competitivos para entrar, buscando assim obter uma homogeneização de raças.



## 4. Cotas Raciais na Universidade

Esse capítulo tem por objetivo fazer uma contextualização acerca do processo de criação da política de cotas raciais na Universidade de Brasília.

### 4.1 Sobre a Universidade de Brasília

A Universidade de Brasília UnB (2015) foi inaugurada em 21 de abril de 1962. Oferece atualmente 109 cursos de graduação, sendo 31 noturnos e 10 a distância. Há ainda 147 cursos de pós-graduação *stricto sensu* e 22 especializações *lato sensu*. Os cursos estão divididos em quatro campi espalhados pelo Distrito Federal: Darcy Ribeiro (Plano Piloto), Planaltina, Ceilândia e Gama. Os órgãos de apoio incluem o Hospital Universitário, a Biblioteca Central, o Hospital Veterinário e a Fazenda Água Limpa.

UnB (2012) A Universidade foi mãe de dois grandes nomes da educação Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. Em 1964 com o Golpe Militar o campus foi cenário de invasões das tropas militares que buscavam estudantes e professores, tendo a invasão mais violenta em 1968. Na ocasião, agentes das polícias Militar, Civil, Política (Dops) e do Exército invadiram a UnB e detiveram mais de 500 pessoas na quadra de basquete. Um estudante foi baleado. As invasões só acabaram quando iniciou a abertura política no Brasil, em 1979. A democracia só retornou democracia Cristovam Buarque se tornou o primeiro reitor eleito pela comunidade universitária, em 1984 tendo como desafio reerguer a instituição de vanguarda idealizada por seus fundadores. Cristovam reincorporou simbolicamente os professores que participaram da demissão em massa de 1965, dobrando assim o corpo docente e, em cinco anos, o número de vagas de graduação aumentou de 210 para 1.035.

Nas últimas décadas, a Universidade tem cumprido a função de levantar o debate sobre temas polêmicos na sociedade. Em 1996, a UnB implementou o Programa de Avaliação Seriada (PAS), uma alternativa ao vestibular, tradicional forma de ingresso no ensino superior. A instituição também foi a primeira a

adotar o sistema de cotas no vestibular, de maneira a promover a inclusão de negros e indígenas, em 2003.

As principais formas de ingresso a Universidade ao longo dos anos se consolidaram atrás de: 1.Vestibular tradicional - aplicado desde sua fundação, em 1962, e cuja prova é elaborada pela própria Universidade de Brasília. Desde 2014, deixou de ser aplicada duas vezes ao ano, passando a se realizar apenas para ingresso de estudantes no segundo semestre. Esse se subdivide em dois sistemas concorrência (Sistema Universal), Sistema de Cotas para Escolas Públicas e o Sistema de Cotas para Negros da UnB.

No Sistema de Cotas para Escolas Públicas se subdivide, ainda, em outros dois grupos, sendo metade das vagas para candidatos que estudaram integralmente o ensino médio em escola pública e possuem renda familiar igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita, e a outra parte destinada aos que também estudaram integralmente o ensino médio em escola pública e possuem renda familiar superior a um salário mínimo e meio per capita. Em ambas as situações, no processo de classificação, os casos de candidatos que se declararem pretos, pardos ou indígenas (PPI); 2.PAS - Programa de Avaliação Seriada foi criado pela UnB em 1996 como uma alternativa ao ingresso na universidade. Objetiva integrar a educação básica e superior para promover melhorias na qualidade do ensino, realizado no 1º semestre do ano, ocorrendo ao final de cada série do ensino médio; 3.EaD/UAB - Processo de seleção destinado a candidatos interessados em cursos oferecidos pela UnB na modalidade de Educação a Distância (EaD) por meio do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), ocorrendo no 2º semestre de cada ano; 4.ENEM/SISU - Realizado no primeiro semestre de cada ano, o sistema informatizado implantado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2010 utiliza a nota do último Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para classificar os candidatos à vaga no ensino superior público.

Há também o sistema de Vagas remanescentes - Seleção específica para preenchimento de vagas que não foram ocupadas nos processos de seleção aplicados anteriormente, como PAS e SisU, ocorrendo no 1º semestre do ano; Vestibular para licenciatura em educação no campo - processo de seleção destinado a ampliar a oferta de vagas no ensino superior público com o objetivo de formar professores para atuar na educação básica em escolas do campo na

região do Distrito Federal (DF) e Goiás (GO), ocorrendo no 2º semestre de cada ano e o chamado vestibular indígena - processo de seleção destinado à inclusão de estudantes indígenas que vivem em comunidades espalhadas pelo interior do país, ocorrendo no 1º e 2º semestre de cada ano.

## **4.2 Motivação inicial**

Em 2001, ocorreu a III Conferência Mundial contra o Racismo. Barros (2002) mostra que a conferência visava mapear as distintas formas de racismo, identificar os grupos étnicos e raciais mais sujeitos aos efeitos de sua manifestação, como também propor ações aos Estados-membros e aos órgãos das Nações Unidas, buscando-se evidenciar as lutas contra a opressão e do combate ao racismo no plano global tratando também sobre as 'intolerâncias correlatas', como um oportuno ponto de entrada para a ampliação da discussão sobre a multiplicidade de opressões relativas à orientação sexual e aos direitos sexuais, estando entre as propostas a adoção de cotas ou outras medidas afirmativas que promovessem o acesso de negros às universidades públicas.

Em 1998, o aluno Arivaldo Lima Alves, estudante do curso de doutorado do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB), foi reprovado em uma disciplina obrigatória. Em 20 anos daquele programa de pós-graduação foi o primeiro aluno a ser reprovado. Dois anos após a reprovação, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão forçou o departamento a rever a menção e Arivaldo foi aprovado. O episódio, conhecido como "Caso Ari", estimulou o orientador de Arivaldo, o professor José Jorge de Carvalho, a elaborar no ano seguinte a primeira proposta de cotas. Agência UnB (2009)

Os fatos mencionados e impactaram a criação do edital de cotas para negros em universidades federais. (SECOM/UnB, 2004) No dia 8 de março de 2002, os professores do Departamento de Antropologia da UnB José Jorge de Carvalho e Rita Laura Segato apresentam ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UnB um documento de 70 páginas provando a discriminação racial e defendendo as cotas.

Carvalho e Segato (2002) apresentaram o documento que concluiu que as cotas raciais se mostram importantes de maneira que:

1. Os negros, que representam 45% da população do país, somam apenas 2% da população universitária brasileira; os brancos e amarelos, que representam 54% da população, detêm 98% das vagas atuais do ensino superior; 2. Na UnB, 99% dos professores são brancos e em torno de 90% dos alunos são brancos; 3. Já contamos com um contingente suficiente de negros preparados para cursar nossas universidades, porém que não conseguem vencer a competição desleal com os brancos de melhor renda que pagam cursinhos mais poderosos; 4. Temos que construir uma academia que reflita a diversidade racial e étnica da nossa nação, para que possa pensar melhor as soluções urgentes de que precisamos para resolver os graves problemas da nossa sociedade. (p.40)

Como resultado dessas ações, foi elaborado o Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial.

#### **4.3 Plano de Metas para a Integração Social, Étnica e Racial**

Em 6 de junho de 2003, foi lançado o Plano de Metas de Integração Social, Étnica e Racial da UnB que inclui o acesso e a permanência de negros e indígenas, via política de ação afirmativa e programa de apoio ao ensino público do Distrito Federal, é aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UnB. Tem como objetivos: “(...) atender à necessidade de gerar, na Universidade de Brasília, uma composição social, étnica e racial capaz de refletir minimamente a situação do Distrito Federal e a diversidade da sociedade brasileira como um todo” (Carvalho, 2002 *apud* Garcia, 2013).

O Plano de Metas possui três pontos básicos: 1. O acesso de negros e indígenas, via política de ação afirmativa; 2. A permanência do estudante que ingressa, via política de ação afirmativa; 3. Programa de apoio ao ensino público do Distrito Federal. (SECOM/UnB, 2004)

De acordo com o Plano, a partir do segundo vestibular de 2004, os candidatos poderão concorrer pelo sistema universal ou pelo sistema de cotas, que oferecem 80% e 20% das vagas respectivamente de cada curso. Além

disso, o Plano de Metas prevê acompanhamento acadêmico e psicossocial para os alunos cotistas e para os índios.

Garcia (2013) afirma que com relação ao acesso à UnB, o Plano de Metas também estabeleceu um caráter social para as escolas públicas de ensino médio do Distrito Federal. Trata-se de um programa de acompanhamento permanente, implementado para os alunos interessados em se inscrever no vestibular da UnB, com apoio específico para aqueles que pretendiam ingressar em cursos de alta competitividade, como Medicina e Direito. Objetivou-se assim, promover uma maior igualdade de oportunidades para os estudantes da escola pública comparativamente aos estudantes oriundos das escolas particulares, em geral melhor preparados para a competição do vestibular.

#### **4.4 Processo de reconhecimento de candidatas (os)**

O sistema de cotas raciais na Universidade de Brasília (UnB) começou a vigorar no segundo semestre de 2004, tendo como limite de existência o primeiro semestre de 2014, completando assim dez anos de existência.

Durante esses dez anos, o sistema de cotas raciais sofreu algumas modificações com relação a maneira de identificação de alunos que fossem considerados ou não negros para assim se enquadrarem no sistema. De acordo com o relatório de própria universidade, assim que o programa foi implementado, o candidato que quisesse concorrer as vagas reservadas para o sistema de cotas deveria se apresentar nos postos de inscrição situados na UnB, com uma ficha de inscrição preenchida. No posto de atendimento da universidade, o candidato seria fotografado e teria a sua foto anexada a ficha de inscrição que passaria por um banca examinadora, cabendo ressaltar que esse tramite acontecia antes da realização do vestibular (Relatório UnB/Cespe, 2013).

A partir do primeiro semestre de 2008, o candidato que desejasse concorrer as vagas reservadas para o sistema de cotas raciais, deveria se submeter a uma entrevista com uma banca avaliadora. Essa entrevista ocorreria após a realização do vestibular e o candidato se submeteria a responder algumas perguntas, tais como “você se considera negro?”, além de ter a ciência

de que a entrevista seria gravada (Relatório UnB/Cespe, 2013). A mudança no modo de avaliação ocorreu devido ao caso dos gêmeos univitelinos Alan e Alex, onde Alan foi aceito pelos critérios da universidade e Alex não.

Cabe ressaltar que o edital para cotas raciais havia definido que o aluno que não tivesse sua inscrição homologada para o sistema de cotas raciais passaria a concorrer no sistema de vagas universal, não havendo a necessidade do candidato se submeter a outra entrevista após a homologação de sua inscrição para o sistema de cotas raciais (Relatório UnB/Cespe, 2013).

Dados do mesmo relatório disponibilizado pela UnB mostram que do segundo semestre de 2004 ao primeiro semestre de 2013, 64.683 candidatos se inscreveram para as vagas de cotas para negros, conforme tabela 3

**Tabela 04 - Candidatos inscritos pelo sistema de cotas para negros e homologados.**

	Número de Inscritos <sup>5</sup>	Número de Homologados	Porcentagem aproximada de homologados
2º vestibular de 2004	4385	4194	96%
1º vestibular de 2005	4913	4300	88%
2º vestibular de 2005	3816	2241	59%
1º vestibular de 2006*	2454	2473	101%
2º vestibular de 2006	3901	2006	51%
1º vestibular de 2007	3660	1831	50%
2º vestibular de 2007	3673	2228	61%
1º vestibular de 2008	4083	1136	28%
2º vestibular de 2008	2713	1259	46%
1º vestibular de 2009	3262	901	28%
2º vestibular de 2009	3416	1291	38%
1º vestibular de 2010	3577	1117	31%
2º vestibular de 2010	3339	1522	46%
1º vestibular de 2011	3815	1590	42%
2º vestibular de 2011	3702	2045	55%
1º vestibular de 2012	3933	1693	43%
2º vestibular de 2012	3032	1617	53%
1º vestibular de 2013	3009	1235	41%

Fonte: Universidade de Brasília – UnB (2013)

<sup>5</sup> Na tabela estão descritos a quantidade total de inscritos, levando em consideração o quantitativo de candidatos inscritos e que se encontraram ausentes durante a realização da entrevista

\*No primeiro semestre de 2006 não foi possível saber o quantitativo correto de inscritos e os 19 candidatos homologados a mais se referem aos candidatos de presídios, onde o processo de inscrição foi separado (dados da Coordenadoria de Tecnologia do CESPE/UnB).

## **5. As contribuições do sistema de cotas na Universidade de Brasília**

Esse capítulo tem por objetivo analisar como a política de cotas raciais contribuiu para o acesso de alunos negros à Universidade de Brasília, no período de 2004 a 2012.

### **5.1. O acesso de negros na Universidade de Brasília no período de 2/2004 a 2/2006**

A pesquisa terá como base a dissertação de Cardoso(2006), na qual são exploradas informações acerca da demanda, desempenho, rendimento acadêmico e no vestibular e o índice de evasão acerca dos vestibulares de 2004, 2005 e 2006 da UnB. Para a pesquisa, considerou-se somente o segundo semestre de cada ano. São observadas também algumas variáveis, tais como o sistema de inscrição (universal e cotas), idade, sexo, opção por língua estrangeira no vestibular.

A partir da pesquisa de Cardoso (2006), foi possível definir quatro categorias de análise para a pesquisa proposta, a saber: a) procura pela UnB; b) demanda das cotas; c) cursos para os quais os cotistas se candidatam; d) cotas nos cursos de alto prestígio.

#### **a) Procura pela UnB**

A tabela 5 mostra que no primeiro triênio da política racial na universidade, a quantidade de inscritos no primeiro ano foi acima, do que se segue nos anos seguintes, mostrando assim que apesar da política ter conseguido atrair o público alvo esperado, a procura pela universidade vem diminuindo com os anos.

**Tabela 05 – Total de Inscritos no vestibular no período de 2/2004 a 2/2006**



	<b>Inscritos</b>		<b>Total</b>
<b>Período</b>	<b>Universal</b>	<b>Cotas</b>	
2º 2004	23.196	4.194	27.390
2º 2005	20.452	4.042	24.494
2º 2006	19.694	2.006	21.700

Fonte: Cespe/UnB

Na tabela acima é possível observar que não ocorreu somente uma queda no número de inscritos com os passar dos anos, mais também, nota-se que em 2006 o número de candidatos cotistas que se candidataram ao sistema caiu pela metade.

#### **b) Demanda das Cotas**

A tabela 6, mostra o total de alunos que buscaram a universidade pelo sistema de cotas raciais durante o primeiro triênio da política

**Tabela 06 - Cotistas Inscritos e Homologados no período de 2/2004 a 2/2002**

<b>Período</b>	<b>Inscritos</b>	<b>Homologados</b>
<b>2/2004</b>	4.385	4.194
<b>2/2005</b>	3.816	2.241
<b>2/2006</b>	3.901	2.006

Fonte: UnB,2013

Cardoso (2008), conclui que a no primeiro triênio da política, a demanda de alunos para o sistema de cotas raciais, vei diminuindo. O que remete a ideia de que a demanda de alunos as instituições de ensino privado estão aumentando, conforme mencionado anteriormente, a oferta de ensino privado

no Distrito Federal veio aumentando, ao se comparar com a oferta de ensino público.

### c) Cursos os quais os cotistas se candidatam.

Para um maior entendimento, Cardoso (2008), explica que a divisão acerca do grau de prestígio dos cursos ocorre de maneira que a UnB adota três categorias em seu vestibular: Humanidades, Ciências e Saúde. Para fins de pesquisa, esses grupos foram agrupados por prestígio social das carreiras que segue o agrupamento adotado por Velloso (2005). Essa forma de agregação é construída com base na média de desempenho dos aprovados em cada curso, assim foram construídas três categorias de grupo: *Alto prestígio*, sendo os cursos que possuem argumento final superiores a meio desvio padrão acima da média; *Médio prestígio*, sendo os que possuem meio desvio padrão acima e meio desvio padrão abaixo da média e *Baixo prestígio*, os que possuem argumento final inferior a meio desvio padrão abaixo da média.

O Quadro 1 traz exemplos dos cursos e de sua classificação segundo o modelo apresentado por Velloso (2005).

**Quadro 01 – Exemplo de cursos no agrupamento por prestígio social**

Área	Grupo	Exemplo de Cursos
Humanidades	Alto Prestígio	Comunicação, Direito, Economia
	Médio Prestígio	Administração, Filosofia, Desenho Industrial
	Baixo Prestígio	Pedagogia, Serviço Social, Biblioteconomia
Ciências	Alto Prestígio	Engenharia Elétrica, Mecânica, Mecatrônica
	Médio Prestígio	Agronomia, Engenharia Civil, Física
	Baixo Prestígio	Engenharia Florestal, Geologia, Matemática
Saúde	Alto Prestígio	Medicina

	Médio Prestígio	Nutrição, odontologia, Psicologia
	Baixo Prestígio	Enfermagem, Educação Física

Fonte: Velloso (2005), *apud*, Cardoso (2008)

Cardoso (2008) observa que a proporção de cotistas nos cursos de baixo prestígio é basicamente o dobro da verificada nos cursos de alto prestígio, sendo 14% e 7%, respectivamente, esse fato pode estar ocorrendo devido a um possível desfavorecimento socioeconômico para com os candidatos do sistema universal, fazendo com que os cotistas<sup>6</sup> optem por cursos com nota de corte mais baixa no vestibular, devido a uma baixa expectativa de obtenção de sucesso na prova.

**Tabela 07 – Percentual de cotistas por área de grupo de curso no período de 2/2004 a 2/2006**

Área	Grupo de curso	2/2004	2/2005	2/2006
Humanidades	Alto Prestígio	15	10	5
	Médio Prestígio	10	10	4
	Baixo Prestígio	10	9	4
Ciências	Alto Prestígio	6	7	3
	Médio Prestígio	5	8	3
	Baixo Prestígio	7	8	4
Saúde	Alto Prestígio	32	32	21
	Médio Prestígio	9	13	6
	Baixo Prestígio	25	18	7

Fonte: Cespe/UnB *apud* Cardoso (2008)

<sup>6</sup> Cardoso (2006) observou que o número de candidatos inscritos no vestibular é proporcional para ambos os sexos, não havendo nenhum tipo de sobreposição nesse quesito

Observa-se que nos primeiro ano de vigência das cotas raciais, havia uma boa distribuição de alunos cotistas nas camadas da área de humanidades e uma ampla concorrência destes na área de saúde, entretanto, cabe observar que na área de ciências o percentual de cotistas se mostra inferior há das demais áreas.

No ano de 2005, observa-se que a demanda para os cursos de alto prestígio de humanidades sofreu uma ligeira queda, entretanto, na área de ciências todas as áreas sofrem um ligeiro acréscimo. Na área de saúde, apesar de cair o número cotistas nos cursos de baixo prestígio, os cursos de médio prestígio sofreram um ligeiro acréscimo, podendo-se concluir que na área de saúde a demanda foi constante

No ano de 2006, a demanda de todas as áreas caiu, e o total de alunos que buscaram a universidade também, mostrando que a queda na procura pela universidade ocorreu como um todo. A partir deste fato, Cardoso (2008), conclui que esta queda na procura pode ter decorrido da expansão do ensino privado no Distrito Federal que em 2005 teve o ProUni foi institucionalizado pela Lei nº 11.096, ganhando força em 2006, o que explicaria a queda na procura pela UnB

Ressalta-se que apesar de um baixo percentual de aumento de vagas no último ano do primeiro triênio, as cotas raciais ainda sim, representam um estímulo para mais alunos negros tentarem ingressar na universidade.

#### **d) Cotas nos cursos de alto prestígio**

A tabela 8 mostra a evolução da demanda de candidatos, nos cursos considerados de alto prestígio, no primeiro triênio de vigência da política.

**Tabela 08 – Demanda de cotistas e não cotistas nos cursos de alto prestígio no período de 2/2004 a 2/2006**

Área	2/2004		2/2005		2/2006	
	Universal	Cotas	Universal	Cotas	Universal	Cotas
Humanidades	23	15	18	10	19	5

Ciências	14	6	13	7	13	3
Saúde	74	32	74	32	77	21

Fonte: Cespe/UnB *apud* Cardoso (2008)

Observa-se que nos cursos de saúde houve uma maior demanda de alunos cotistas ao longo dos anos, onde mesmo com a expansão da rede privada, a demanda na área de saúde se manteve mais constante que nas demais áreas. Ressalta-se que em 2006 a quantidade de cotistas caiu juntamente com a quantidade total de inscritos no vestibular, apesar das oscilações para os candidatos não cotistas serem menores.

## **5.2. O acesso de negros na Universidade de Brasília no período de 2/2007 a 2/2012**

Com base na dissertação de Cardoso (2008), essa pesquisa analisou somente o segundo vestibular de cada ano, tendo em vista que o primeiro vestibular do ano possuiu cinquenta por cento das vagas reservadas para o Programa de Avaliação Seriado – PAS e, atualmente, há vagas que se destinam ao Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

Para fins de pesquisa, sempre que o termo “cotista” for apresentado, estará se referindo ao “Cotista Negro”. Apesar da universidade possuir uma reserva de vagas para alunos de escola pública e indígenas, estes não são objeto de pesquisa desse trabalho.

Conforme apresentado anteriormente, o ingresso à Universidade é possível de quatro maneiras diferentes, sendo elas:

1. Vestibular tradicional;
2. PAS - Programa de Avaliação Seriada;
3. EaD/UAB; e,
4. ENEM/SISU.

Desses, somente através do vestibular é possível ter acesso ao sistema de cotas raciais.

Para fins de análise do período completo em vigoraram as cotas raciais, também foi analisado o relatório disponibilizado pela própria Universidade de Brasília e os dados de demanda no vestibulares, disponibilizados pelo Cespe.

#### **a) Procura pela UnB**

A tabela 8 mostra que houve um aumento nos anos de 2007 e 2008, para ambos os sistemas, fazendo com que nos anos seguintes a demanda mantivesse um certo parâmetro mesmo com as oscilações.

**Tabela 09 – Total de Inscritos no vestibular no período de 2/2007 a 2/2012**

	<b>Inscritos</b>		<b>Total</b>
<b>Período</b>	<b>Universal</b>	<b>Cotas</b>	
2º 2007	22.625	3.673	24.492
2º 2008	21.061	2.713	23.827
2º 2009	20.532	3.416	24.024
2º 2010	18.452	3.339	21.791
2º 2011	21.270	3.702	24.972
2º 2012	18.336	3.032	21.368

Fonte Cespe/UnB

Conclui-se que, o aumento da busca pela universidade nos anos de 2007 e 2008, ocorreu graças a implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. O Programa foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, possuindo como um de seus objetivos, dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior, apresentando-se como uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE.

Com a implementação do programa, a Universidade de Brasília chegou, em 2012, com 8.428 vagas disponíveis para a graduação em cursos presenciais, possuindo uma oferta duas vezes maior que a de 2007, quando havia 4.188 vagas.

#### **b) Demanda das Cotas**

Se por um lado observou-se o aumento de candidatos em 2008, por outro, o número de candidatos cotistas que tiveram suas inscrições homologadas diminuiu. Um fator que pode ajudar a explicar esse movimento se refere à alteração do método de reconhecimento de candidatos.

**Tabela 10 - Cotistas Inscritos e Homologados no período de 2/2006 a 2/2012**

<b>Período</b>	<b>Inscritos</b>	<b>Homologados</b>
<b>2/2007</b>	3.673	2.228
<b>2/2008</b>	2.713	1.259
<b>2/2009</b>	3.416	1.291
<b>2/2010</b>	3.339	1.522
<b>2/2011</b>	3.702	2.045
<b>2/2012</b>	3.032	1.617

Fonte: UnB, 2013

Concidentemente com a implementação do ReUni, ocorreu também a alteração de reconhecimento de candidatos aptos a participarem do sistema de cotas. Assim apesar da demanda de alunos cotistas se manter com baixas oscilações, a quantidade de inscrições homologadas pelo sistema diminuiu a cada ano. Entretanto há de se observar que, em 2011, não ocorreu nenhuma alteração no sistema de reconhecimento de candidatos e após a implementação do ReUni, foi o ano em que mais candidatos tiveram suas inscrições homologadas. Assim,

pode-se concluir que talvez os alunos que estivessem se candidatando não fossem realmente negros.

### c) Cursos os quais os cotistas se candidatam

Na tabela 11, será mostrado o percentual de alunos cotistas que buscaram a universidade durante os anos que sucederam a implementação do ReUni, buscando observar se apesar da queda de candidatos homologados pelo sistema, ocorreu alguma mudança em relação a demanda de candidatos aos cursos.

**Tabela 11 – Percentual de cotistas por área de grupo de curso no período de 2/2007 a 2/2012**

Área	Grupo de curso	2/2007	2/2008	2/2009	2/2010	2/2011	2/2012
Humanidades	Alto Prestígio	9	11	13	12	16	12
	Médio Prestígio	9	11	13	15	15	12
	Baixo Prestígio	9	16	18	18	22	18
Ciências	Alto Prestígio	6	10	10	17	14	10
	Médio Prestígio	9	11	14	11	14	13
	Baixo Prestígio	9	14	16	14	15	13
Saúde	Alto Prestígio	5	7	11	11	12	12
	Médio Prestígio	7	12	15	16	15	14
	Baixo Prestígio	7	15	20	19	19	18

Fonte: Cespe/UnB

Na tabela acima, observa-se que para os cursos de alto prestígio na área de humanidades, o percentual de cotistas se mantém um pouco instável até 2010, aumentando em 2011 e voltando a cair, acredita-se que esse pico alcançado em 2011, se deu, devido a um maior número de inscrições homologadas pelo sistema. Observa-se um comportamento diferente para os cursos de alto prestígio na área de ciências, onde o pico dessa área ocorre em 2010 e depois volta cair, apesar dessa queda se manter constante se compara aos anos anteriores a 2010. Na área de saúde, mesmo com o aumento de



homologações em 2011, a demanda dos alunos cotistas se mantém estável para essa área.

Nos cursos de médio prestígio, na área de humanidades, observa-se que a demanda se manteve crescente até o ano de 2011, caindo em 2012 quanto o número de candidatos homologados volta cair, entretanto, para área de ciências e de saúde, o fenômeno ocorre de maneira diferente, apesar da queda de candidatos homologados e 2012 a demanda se mantém estável em ambas as áreas, possuindo uma ligeira queda, mas nada que fuja do padrão dos anteriores.

Nos cursos de baixo prestígio em todas as áreas, observa-se que ocorre um grau menor de oscilações. Cardoso (2008), conclui em sua pesquisa que os candidatos ao sistema de cotas tendem a buscar cursos de baixo prestígio, o que pode ser explicada por condições socioeconômicas. Esse padrão apresentado, mostrasse continuo nos anos seguintes das cotas, onde a demanda de candidatos aos cursos de baixo prestígio se mostra maior do que a demanda das demais áreas.

#### **d) Cotas nos cursos de alto prestígio**

Nesse tópico será apresentado como se comportou a demanda dos alunos da universidade em relação aos cursos considerados de alto prestígio. As tabela a seguir, mostra a evolução percentual da demanda de candidatos cotistas e não cotistas aos cursos de maior prestígio.

**Tabela 12 – Demanda de cotistas e não cotistas nos cursos de alto prestígio no período de 2/2007 a 2/20012**

Área	2/2007		2/2008		2/2009		2/2010		2/2011		2/2012	
	Univ	Cotas	Univ	Cotas	Univ	Cotas	Univ	Cotas	Univ	Cotas	Univ	Cotas
Humanidades	91	9	89	11	87	13	88	12	86	14	88	12
Ciências	94	6	90	10	90	10	83	17	86	14	90	10
Saúde	95	5	93	7	89	11	89	11	88	12	88	12

Observa-se na tabela que após 2007 (implementação do ReUni), a demanda de alunos cotistas aos cursos de alto prestígio aumentou, se mantendo constante com o decorrer dos anos para a área de saúde. Na área de humanidades, a demanda dos alunos mostrou-se instável no decorrer dos anos. E na área de Ciências a demanda se mostra mais constante que nas demais áreas, tendo seu pico em 2010 e logo após retomando a sua estabilidade.

É importante ressaltar que a demanda de alunos negros na área de saúde é crescente e constante durante o período analisado, mostrando que as cotas possuíram um papel importante, e acrescentando mais alunos negros a cursos cuja a demanda anteriormente era pequena e se mostrando também mais eficiente que nos cursos de baixo prestígio. Isso ocorre devido os cursos de baixo prestígio já possuírem uma demanda de alunos negros a universidade e com as cotas essa demanda aumentou em uma pequena quantidade, enquanto nos cursos de saúde a demanda vem se mostrando crescente.

Portanto, a política racial da universidade cumpriu com seu dever, e conforme observado, a política foi altamente monitorada e sofreu alterações sempre que necessário para que essa alcançasse seus objetivos. A política racial avançou no sentido de garantir a igualdade de acesso à universidade, mas também buscou equilibrar o percentual de alunos negro e não negro dentro da universidade, alcançando seu objetivo com as cotas que apesar de ter sido uma política temporária, esta causou grande impacto na universidade.

### **5.3 Apontamentos sobre a política de cotas raciais na UnB**

O presente trabalho, dividiu o período de vigência das cotas raciais em 2 partes, antes e depois da implementação do ReUni, analisando a porcentagem de alunos cotistas e não cotistas que ingressaram na universidade durante os 9

dos 10 anos em que a política vigorou. Não foram analisados os 10 anos da política, uma vez que em 2013 o foco da universidade passou a ser as cotas sociais, que apesar de possuírem um recorte ppi (preto, pardo e indígena), esse sistema possui outras características que alteraram o foco da pesquisa da universidade.

Foi possível observar que antes da implementação do programa ReUni, a procura pela universidade vinha caindo e após a implementação do programa a busca pela universidade aumentou novamente, entretanto, com o passar dos anos a procura vem caindo novamente, o que pode ser atribuído ao redirecionamento de estudantes para rede de ensino privado, através de programas incentivados pelo governo, como Fies e ProUni, fato este que justificaria as oscilações na demanda da universidade e pôr fim a queda na procura.

Levou-se em consideração para essa conclusão as mudanças no reconhecimento de candidatos da universidade, que buscavam caracterizar candidatos que realmente fossem aptos a participar do sistema e minimizar possíveis fraudes.

Em seu trabalho, Cardoso (2008) mostra que existiam cursos em que nenhum aluno negro ingressava, tais como relações internacionais, arquitetura, desenho industrial, história, engenharia mecatrônica, física. Com a implementação das cotas raciais, cursos que possuíam essa defasagem de alunos negros passaram a receber alunos negros a cada semestre, construindo um espaço mais igualitário na universidade.

Portanto, a política racial da universidade cumpriu com seu dever, e conforme observado, a política foi altamente monitorada e sofreu alterações sempre que necessário para que essa alcançasse seus objetivos. A política racial avançou no sentido de garantir a igualdade de acesso à universidade, mais também buscou equilibrar o percentual de alunos negro e não negro dentro da universidade, alcançando seu objetivo com as cotas que apesar de ter sido uma política temporária, esta causou grande impacto na universidade.

Conclui-se que com o decorrer dos anos em que o sistema de cotas vigorou, estas agruparam mais alunos negros nos cursos de baixo prestígio e

sua procura foi mais elevada nas áreas de humanidades e de saúde. Na área de saúde notou-se uma demanda mais consistente para todas as áreas de prestígio, ao contrário do que ocorreu na área de ciências, onde a demanda dos cotistas é menor e sofre com mais inconstâncias.

Acredita-se que essas oscilações que ocorrem mais na área de ciências se devem ao tipo de carreira que esse campo engloba, em especial em Brasília, que é considerada a “terra do concurso público”, esse fato pode impactar assim a escolha dos estudantes para a área a ser seguida como carreira.

## **6. Conclusão e Sugestões**

Esse trabalho buscou analisar a política de cotas raciais implementada na Universidade de Brasília –UnB e como ela impactou o acesso de alunos negros ao sistema, além de ter buscado observar se a política cumpriu seu papel de redistribuição de alunos negros na universidade.

Foi observando todo o processo de implementação e como esta política foi modificada ao longo dos anos, buscando minimizar o número de possíveis falhas na aceitação de alunos. Sendo analisado, o número de ingressos pelo sistema ao longo dos anos de vigência da política, a quantidade de alunos com inscrições homologadas pelo sistema e o comportamento dos alunos nos cursos.

UnB (2013) O Distrito Federal apresenta uma população de cor preta de 7,71% e parda de 48,24%, ficando um pouco acima da média nacional. A população branca do Distrito Federal foi calculada em 42,19%, enquanto que a média nacional gira em torno de 46,73%. Se inscreveram no PAS e no vestibular nesse período um total de 210.025 candidatos. Desses, 12,93% se declararam negros de cor preta e 32,01% se declararam negros de cor parda. Comparando essas populações dentro da Universidade de Brasília, ou seja, com os alunos matriculados, verifica-se que 13,80% dos alunos se declararam negros de cor preta, superando assim tanto a média nacional quanto a média do Distrito Federal.

Atualmente o programa de cotas raciais encontra-se praticamente extinto da universidade, dando oportunidade para um novo programa onde ocorre a reserva de vagas para estudantes que concluíram o ensino médio em instituições de ensino público, sendo dividido em duas categorias que correspondem a renda da família do candidato à vaga na universidade.

Como uma política compensatória, o sistema de cotas raciais busca a equiparação de direitos entre negros e brancos. Assim a política de cotas raciais visa reparar danos de geração passadas, se focalizando assim no grupo de negros do país, além de possuir sua justificativa em uma noção de direitos

sociais, buscando assim a diminuição dos impactos causados pela criação de uma cultura injusta, como se observa no caso racial.

Sugere-se que seja feito um trabalho posterior levando em conta variáveis como sexo, idade, opção de língua estrangeira e possíveis condições socioeconômicas, que venham a interferir no resultado do vestibular e na escolha de curso, fazendo com que os alunos negros se concentrem em cursos cuja a nota de corte venha a ser inferior à dos cursos mais concorridos e com um prestígio maior.

Portanto, este trabalho conclui que o programa de cotas raciais é válido e concluiu o seu objetivo de redistribuição de alunos entre os cursos, além de aumentar o acesso de alunos negros a universidade, principalmente, nos cursos de saúde, onde foi possível de se observar, é uma das áreas com maior demanda de alunos cotistas.

## 7. Referências Bibliográficas

Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas / Sales Augusto dos Santos (Organizador). – Brasília: Ministério da Educação : UNESCO, 2005

BAIRROS, Luiza. III Conferência Mundial contra o racismo. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 169-170, 2002

BARCO, S.N. Políticas focalizadas. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010..

BRASIL. Constituição, 1988.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.

BRASIL. Lei nº 10.558, de 13 de novembro de 2002.

CARDOSO, Claudete Batista. Efeitos da política de cotas na Universidade de Brasília: uma análise do rendimento e da evasão. 2008.

CENSO, I. B. G. E. Disponível em:<  
<http://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html/>>. **Consultado em**, 16 de dez. 2015.

COUTO, Cláudio Gonçalves; ARANTES, Rogério Bastos. Constituição, governo e democracia no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 61, p. 41-62, 2006.

DE ANDRADE, CIBELE YAHN; DACHS, J. Norberto W. Acesso à educação por faixas etárias segundo renda e raça/cor. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 131, p. 399-422, 2007.

GARCIA, Francisco Augusto da Costa. Uma análise quantitativa do sistema de cotas raciais na Universidade de Brasília. 2014.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. **São Paulo**, v. 5, p. 61, 2002.

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. *Cad. Saúde Pública*, vol.18, suppl., 2002, pp. S57-S65.

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase. Cotas raciais, por que sim? (2008)

- KERSTENETZKY, Celia Lessa. Políticas Sociais: focalização ou universalização. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 4, p. 104, 2006.
- MATOS, Caio Noronha. Ações afirmativas e o combate ao racismo: dez anos de cotas na Universidade de Brasília. 2014. 34 f. Monografia (Bacharelado em Ciência Política)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- NÃO-COTISTAS, COTISTAS E.; DA, RENDIMENTO DE ALUNOS. TEMAS EM DEBATE. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 137, 2009.
- PAIXÃO, Marcelo; et all (orgs.). Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2009-2010. Constituição Cidadã, seguridade e seus efeitos sobre as assimetrias de cor ou raça. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2010.
- FELICIANO, Teófilo; DAVID Victor Olavo B.. Política Social Compensatória ou Emancipatória: A contribuição de Programas Sociais para a Autonomia dos Beneficiários. Universidade Pedadógica. Nampula, 2014
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, P.N.A.S. Disponível em :< <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/microdados.shtm/>. **Consultado em**, 16 de dez. 2015.
- SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elizabeth. Políticas públicas: coletânea. Brasília: ENAP, 2006. 2v.
- SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. **São Paulo: Cengage Learning**, v. 133, 2010.
- SKIDMORE, Thomas E. “O contexto intelectual da abolição no Brasil”. Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, pp. 19-53.
- SKIDMORE, Thomas E. “Realidades raciais e pensamento racial depois da abolição”. Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, pp. 54-95.
- SOUZA, Celina et al. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.
- THEODORO, Mário et al. As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição. **Brasília: Ipea**, 2008.
- Universidade de Brasília - UnB, 2013. Análise do sistema de cotas para negros na Universidade de Brasília: Período 2º semestre de 2004 ao 1º semestre de 2013.



